

Município do Cadaval
Câmara Municipal

Quadriénio de 2017 / 2021

Ata n.º 18/2019

Reunião Ordinária Pública
do dia 27 de agosto de 2019

realizada no

Auditório do Edifício dos Paços de Concelho do Cadaval

Início da Reunião 09,30 horas

Presentes à Reunião:

Presidente: José Bernardo Nunes (PPD/PSD)
Vereadores: Maria de Fátima Gomes de Aguiar Moreira da Paz (PPD/PSD)
Ricardo Alexandre da Silva Pinteus (PPD/PSD)
David Alexandre Alves Vieira dos Santos (PS)
Dinis Acácio Nobre Duarte (PPD/PSD)
António Avelino Ansiães Rodrigues (PS)
Délia Fernanda Nunes Fialho (PPD/PSD)



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

No dia 27 de agosto de 2019 pelas 09 horas e 30 minutos, no auditório do edifício dos Paços de Concelho na vila do Cadaval, reuniu a Câmara Municipal com a presença dos seguintes membros:

Presidente da Câmara, Dr. **José Bernardo Nunes** - (PPD/PSD); Vice-Presidente e Vereadora a Tempo Inteiro, Dra. **Maria de Fátima Gomes Aguiar Moreira da Paz** - (PPD/PSD); Vereador, Dr. **David Alexandre Alves Vieira dos Santos** - (PS); Vereador, Eng.º **Ricardo Alexandre da Silva Pinteus** - (PPD/PSD); Vereador, Dr. **Dinis Acácio Nobre Duarte** - (PPD/PSD); Vereador, Sr. **António Avelino Anciães Rodrigues** - (PS) e Vereadora, Eng.ª **Délia Fernanda Nunes Fialho** - (PPD/PSD).

Estiveram presentes para prestar apoio técnico de Administração Geral, Dra. Ana Maria Almeida Barata Leandro, o Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Eng.º João Francisco Lopes da Silva Teixeira Alves, o Chefe da Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º. Luís Filipe Parreira da Silva Neves e a Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Jurídica e Administrativa, Dra. Cristina Maria Duarte Dias Gomez.

Secretariou a reunião a Assistente Técnica, Ana Teresa Carriche Rodrigues Duarte.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Pelas 09 horas e 30 minutos, o Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, declarou aberta a reunião do Órgão Executivo e não se encontrando público presente deu por encerrado este período de intervenção.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções efetuadas sobre diversos assuntos

- O Vereador **David Santos**, questionou acerca do ponto de situação relativamente à incubadora de empresas, uma vez que já passaram dois anos e, aparentemente continuava tudo na mesma.
- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, informou que tinham sido contactados por uma empresa que tinha várias incubadoras no país, a qual se tinha disponibilizado para fazer uma candidatura, mas que na próxima reunião de Câmara traria informação específica sobre esta questão.
- O Vereador **David Santos**, questionou ainda sobre o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, bem como quanto ao Plano Municipal de Proteção Civil, tendo-lhe sido prestados os devidos esclarecimentos pelo Chefe da Divisão do Ordenamento do Território assim como pelo Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência.

ORDEM DO DIA

ATA

**Aprovação da ata da reunião ordinária, realizada em 13 de agosto de 2019,
da Câmara Municipal de Cadaval**

Presente a ata da reunião identificada em epígrafe, de harmonia com os n.ºs 1 e 2, do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo o executivo camarário, após a sua leitura, deliberado, por **unanimidade**, dos membros presentes na mesma, proceder à sua aprovação, e mais tendo deliberado dar-lhe a devida publicidade.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Alteração ao PDM – RERAE – Proposta n.º 222/2019

Presente a proposta n.º 222/2019, datada de 19 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 222/2019

Considerando a deliberação de Câmara de 9 de abril de 2019, e efetuada a discussão pública, cujos resultados e ponderação constam do relatório efetuado pelos serviços,

Proponho:

Que a Câmara delibere concordar com aquele relatório mantendo assim como proposta final da 2ª alteração ao PDMC para adequação no âmbito do Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas – RERAE, a proposta inicial, e que se consubstancia na introdução de um artigo ao regulamento do PDMC.

Mais proponho que a Câmara delibere mandar divulgar os resultados da discussão pública e enviar a proposta final, conforme o nº 3 do artigo 85º do RJGT, à Assembleia Municipal, para aprovação nos termos do artigo 90º do RJGT...”

Em anexo à proposta supra transcrita constava o Relatório de Ponderação da Discussão Pública, datado de 16 de agosto de 2019, emitido na Divisão de Ordenamento do Território, documento este que se encontra arquivado em pasta própria naquela Divisão.

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, mandar divulgar os resultados da discussão pública e enviar a proposta final, conforme o nº 3 do artigo 85º do RJGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, à Assembleia Municipal, para aprovação nos termos do seu artigo 90º, de acordo com a proposta n.º 222/2019, datada de 19 de agosto.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

**Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2019 a liquidar em 2020 -
Proposta n.º 223/2019**

Presente a proposta n.º 223/2019, datada de 21 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número, em 22 de agosto de 2019, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 223/2019

Assunto: Proposta de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2019, a liquidar em 2020

- Considerando que a receita de IMI arrecadada anualmente pelo Município do Cadaval tem vindo a estabilizar;
- Considerando que o Município tem vindo a adotar medidas que visam a redução da taxa de IMI em situações de agregados familiares com dependentes a cargo, constituindo um incentivo à natalidade e uma forma de apoio às famílias que cuidam dos seus idosos no seio da família;
- Considerando ainda que a Lei atribui uma isenção de IMI aos proprietários detentores de imóveis cujo VPT (valor patrimonial tributário) seja inferior a € 66.500, desde que o agregado familiar não tenha um rendimento bruto superior a € 15.295, situação que abrange uma parte significativa de agregados familiares do concelho,
- Atendendo a que, auscultadas as juntas de freguesia através da sua associação, foi entendimento comum que, da necessidade de se estabelecer um compromisso entre a receita e o investimento a que é preciso dar continuidade, se deverão manter as taxas de IMI para o ano 2020;
- Considerando a necessidade de dar continuidade aos investimentos que estão a ser realizados nas freguesias através da revitalização e reabilitação urbana das suas aldeias;
- Atendendo a que, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a taxa de IMI prevista na alínea c) do nº1 do artº112º do CIMI- Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (*alínea c) Prédios urbanos - de 0,3 % a 0,45 % - redação da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março*) e propor à Assembleia Municipal o valor da referida taxa a liquidar no ano seguinte.

PROPONHO:

- a manutenção da atual taxa de IMI, fixada em 0,375%, para vigorar no ano fiscal de 2019, *nos termos do artº112º do CIMI.*



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

e a aplicação das seguintes exceções previstas no CIMI:

- a) minorar a taxa do IMI em 10% a aplicar na zona antiga da Vila do Cadaval, nos termos do nº6 do Artº112º do CIMI, excepto para os prédios degradados, mediante requerimento do proprietário;
- b) minorar a taxa do IMI em 10% a aplicar nas localidades das freguesias de Vilar e Lamas, inseridas na Área de Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, nos termos do nº6 do Artº112º do CIMI, excepto para os prédios degradados, mediante requerimento do proprietário;
- c) majorar a taxa de IMI a aplicar em 10%, a todos os prédios urbanos degradados na área do Concelho, nos termos do nº8 do Artº112º do CIMI.

Mais proponho que a Câmara delibere remeter o presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação ...”

Em anexo à proposta supra transcrita constava comunicação escrita da Associação de Freguesias do Concelho do Cadaval, datada de 20 de agosto de 2019, o qual constando em Anexo A, à presente ata, dela fica a fazer parte integrante.

- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, referiu que pensava que tinha sido enviado aos Senhores Vereadores, como foi enviado para as juntas de freguesia antes da reunião, os valores do IMI de outros concelhos próximos.
- O Vereador **David Santos**, disse que efetivamente não tinha sido enviada essa informação, nem dos valores comparativos de anos anteriores
- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, informou que havia uma quebra de aproximadamente vinte mil euros, o que não era significativo era mais ou menos idêntico ao do ano anterior. Quanto aos valores praticados pelos municípios, no ano anterior, eram os seguintes:

Lourinhã	0,35%
Cadaval	0,375%
Arruda dos Vinhos	0,385%
Alenquer	0,39%
Sobral de Monte Agraço	0,395%
Torres Vedras	0,4%



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

- O Vereador **David Santos**, mencionou que a posição dos Vereadores do partido Socialista, à imagem dos anos anteriores era de apresentar proposta para baixar para os 0,35%, porque achavam ser fundamental para atratividade de pessoas ao concelho de modo a combater a perda de população que tem havido.

- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, mencionou que, não tendo os senhores presidentes de junta quaisquer competência na matéria, sempre lhes disse que aceitava a decisão deles.

Aquilo que se sempre se verificou era que os partidos que estavam na oposição pediam para baixar e aqueles que estavam no poder mantinham ou aumentavam. Esta era uma realidade que acontecia sempre e que se mantinha mesmo que houvesse mudança.

- O Vereador **David Santos**, relativamente a estas considerações, disse que independentemente do que foi o passado, debatiam-se pelas razões que achavam válidas em relação à proposta e como tal, quer seja na oposição ou futuramente no poder, iam defender uma baixa do IMI, pelas vantagens que daí podem advir.

- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, referiu que esta era a sua posição e dos Vereadores do Partido Social Democrata e que se verificava que nos municípios onde o Partido Socialista era poder isto não acontecia, citando o município de Arruda dos Vinhos com 0,385%, Alenquer com 0,39%, Torres Vedras 0,4%. Neste sentido, confirmava-se que quando estavam no poder não era essa a prática.

- O Vereador **David Santos**, mencionou que, independentemente da posição do Partido Socialista noutros locais, estava-se a analisar o que era melhor para o concelho do Cadaval e que a Lourinhã, sendo um município fronteiro, aplicava a taxa de 0,35%.

A Câmara, de acordo com a proposta n.º 223/2019, datada de 21 de agosto, deliberou por **maioria**, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, o seguinte:



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

1. A manutenção da atual taxa de IMI, fixada em 0,375%, para vigorar no ano fiscal de 2019, nos termos do artº112º do CIMI.

e a aplicação das seguintes exceções previstas no CIMI:

- a) minorar a taxa do IMI em 10% a aplicar na zona antiga da Vila do Cadaval, nos termos do nº6 do Artº112º do CIMI, exceto para os prédios degradados, mediante requerimento do proprietário;
- b) minorar a taxa do IMI em 10% a aplicar nas localidades das freguesias de Vilar e Lamas, inseridas na Área de Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, nos termos do nº6 do Artº112º do CIMI, exceto para os prédios degradados, mediante requerimento do proprietário;
- c) majorar a taxa de IMI a aplicar em 10%, a todos os prédios urbanos degradados na área do Concelho, nos termos do nº8 do Artº112º do CIMI.

2. Remeter o presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação.

Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelos Vereadores do Partido Socialista:

“ - Considerando que o município do Cadaval tem vindo a perder população nos últimos anos, para o que são urgentes medidas e ações que fomentem a atractividade do concelho face aos demais, principalmente os circundantes;

- Considerando que, não sendo o único factor de decisão em quem pode vir a morar no Cadaval ou de cá não sair, a taxa de IMI poderá ajudar a minorar a menor atractividade face a concelhos circundantes, desde já aqueles com factores naturais e dinâmica muito superiores ao município do Cadaval e alguns deles com taxas de IMI inferiores à nossa;

- Considerando que o impacto financeiro desta medida é comportável para a sustentabilidade financeira do Município;

- Considerando esta medida não afecta os investimentos necessários nas freguesias, para as quais desde há muito consideramos que o valor transferido pelo Município deverá ser superior;

- Considerando que temos apresentado esta medida nos últimos anos reiteradamente e sempre foi rejeitada:



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

Os vereadores do Partido Socialista do Cadaval apresentaram proposta de reduzir a taxa de IMI para 0,35% que não foi aceite pelo que votam contra a proposta apresentada pelo senhor Presidente de Câmara...”

Candidaturas apresentadas ao Programa Abem – Proposta n.º 224/2019

Presente a proposta n.º 224/2019, datada de 21 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número, em 22 de agosto de 2019, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 224/2019

Assunto: Candidaturas ao Programa Abem.

Considerando as normas constantes no regulamento do Programa Abem;

Considerando a informação elaborada pela Técnica do Serviço de Ação Social deste Município sobre as candidaturas apresentadas;

Considerando que nessa informação a Técnica indica a candidatura que se posiciona dentro dos critérios de atribuição do apoio.

Proponho que a Câmara delibere: Aprovar a atribuição de apoio à candidatura que reúne condições para o efeito...”

Em anexo à proposta supra transcrita constava informação técnica, datada de 24 de julho de 2019, emitida na Divisão de Administração Geral, documento este que se encontra arquivado em pasta própria, na Divisão de Administração Geral.

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, aprovar a atribuição de apoio à candidatura que reúne condições para o efeito, de acordo com a proposta n.º 224/2019, datada de 21 de agosto.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

UNIDADE JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

Encarregado de proteção de dados – Proposta n.º 221/2019

Presente a proposta n.º 221/2019, datada de 12 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 221/2019

Considerando que:

Nos termos da alínea a), do n.º 1 e n.º 6, ambos, do artigo 37.º do RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), decidi, verbalmente, em 09 de abril de 2018 e, posteriormente, elaborei Despacho, datado de 23 de maio de 2018, no qual determinei que o técnico superior, António Luiz Custódio Pereira, licenciado em direito, é o encarregado de proteção de dados do Município do Cadaval – Câmara Municipal e que o encarregado de proteção de dados, nas suas ausências e impedimentos, é substituído pelo técnico de informática, Ângelo Miguel Rodrigues Oliveira;

Foi, também, dado conhecimento, aos membros do Órgão Executivo, sobre tais designações, através da informação, datada de 04 de julho de 2018, subscrita pelo já mencionado Encarregado de Proteção de Dados;

Na mencionada informação, nos seus pontos 13. e 14., foi aludido que:

“.../...”

13. Aguarda-se a publicação, em Diário da República, da Lei que assegurará a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;

14. Com a publicação de tal Lei e caso venha a ser a Câmara Municipal o Órgão competente para designar o Encarregado de Proteção de Dados, o Despacho que designou o mesmo será submetido a ratificação da Câmara Municipal;

.../...”

Em 08 de agosto de 2019, foi publicada a Lei n.º 58/2019, (Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados);



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

Nos termos do n.º 3, alínea c), da mencionada Lei, independentemente de quem seja responsável pelo tratamento, existe pelo menos um encarregado de proteção de dados, por cada município, sendo designado pela câmara municipal, com faculdade de delegação no presidente e subdelegação em qualquer vereador.

Nesse sentido, atentos os considerandos atrás explanados PROponho:

1. Que a Câmara Municipal convalide e ratifique os meus Despachos, através dos quais determinei que o técnico superior, António Luiz Custódio Pereira, licenciado em direito, é o encarregado de proteção de dados do Município do Cadaval – Câmara Municipal e que o encarregado de proteção de dados, nas suas ausências e impedimentos, é substituído pelo técnico de informática, Ângelo Miguel Rodrigues Oliveira, atento o disposto na alínea c), do n.º 2 e da alínea c), do n.º 3, ambos, do artigo 12.º da Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, conjugado com o n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.
2. Que me seja delegada, com faculdade de subdelegação em qualquer vereador, a designação de, eventuais, novos encarregados de proteção de dados que se verifique virem a ser necessários no Município do Cadaval – Câmara Municipal.

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, de acordo com a proposta n.º 221, datada de 12 de agosto, o seguinte:

1. Convalidar e ratificar os Despachos do Senhor Presidente da Câmara, através dos quais determinou que o técnico superior, António Luiz Custódio Pereira, licenciado em direito, é o encarregado de proteção de dados do Município do Cadaval – Câmara Municipal e que o encarregado de proteção de dados, nas suas ausências e impedimentos, é substituído pelo técnico de informática, Ângelo Miguel Rodrigues Oliveira, atento o disposto na alínea c), do n.º 2 e da alínea c), do n.º 3, ambos, do artigo 12.º da Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, conjugado com o n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

2. Delegar no Senhor Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação em qualquer vereador, a designação de, eventuais, novos encarregados de proteção de dados que se verifique virem a ser necessários no Município do Cadaval – Câmara Municipal.

DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS

**Pedido de retificação de faturas e pagamento do excedente do consumo de água
pelo 2º escalão - Proposta n.º 231/2019**

Presente a proposta n.º 231/2019, datada de 22 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 231/2019

Assunto: Pedido de pagamento de água em escalão mais baixo devido a rotura

Atendendo ao requerimento do munícipe, que consta como anexo à presente proposta;

Atendendo a que, de acordo com o histórico de consumo do local, verifica-se que no período em referência está efetivamente fora do padrão de consumo habitual;

Considerando que a situação de rotura foi confirmada.

Proponho que a Câmara delibere:

Retificar a fatura referente ao consumo verificado acima da média para o período em referência (meses de junho e julho de 2019), de modo a que o pagamento do excedente relativo ao seu histórico de consumo de água se processe no 2º escalão...”

- O Vereador **David Santos**, não pondo em causa que tenha havido rutura, disse que se devia arranjar uma fórmula para se ver facilmente que existe uma diferença face ao consumo anterior o que não se verificava neste caso. Não objetavam a aprovação deste pedido, mas deixavam este reparo.

- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, referiu que, tendo em conta o que foi dito pelo senhor Vereador, neste casos deveriam analisar quais as situações que eram mais



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

vantajosas, se os meses de consumo anteriores ou se os períodos homólogos dos anos anteriores, sendo que já tinha referido isto mais do que uma vez para os serviços. Concordando com o que foi dito, mencionou que efetivamente tinha de ser estabelecida uma regra para facilitar a análise destes casos.

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, retificar as faturas referentes aos consumos verificados acima da média para o período em referência (meses de junho e julho de 2019), de modo a que o pagamento do excedente relativo ao seu histórico de consumo de água se processe no 2º escalão, de acordo com a proposta n.º 231/2019, datada de 22 de agosto.

**Pedido de retificação de fatura e pagamento do excedente do consumo de água
pelo 1º escalão - Proposta n.º 232/2019**

Presente a proposta n.º 232/2019, datada de 22 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 232/2019

Assunto: Pedido de pagamento de água em escalão mais baixo devido a rotura – Carpintaria da Vermelha, Lda.

Atendendo ao requerimento da Carpintaria da Vermelha, Lda., que consta como anexo à presente proposta;

Atendendo a que, de acordo com o histórico de consumo do local, verifica-se que no período em referência está efetivamente fora do padrão de consumo habitual;

Considerando que a situação de rotura foi confirmada.

Proponho que a Câmara delibere:

Retificar a fatura referente ao consumo verificado acima da média para o período em referência (mês de junho de 2019), de modo a que o pagamento do excedente relativo ao seu histórico de consumo de água se processe no 2º escalão...”



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

- A Vice-Presidente e Vereadora a Tempo Inteiro, **Maria de Fátima Paz**, informou que, por lapso, na proposta em análise era indicado o processamento do consumo de água pelo 2º escalão, quando na realidade deveria constar o 1º escalão visto tratar-se de um estabelecimento comercial. Neste sentido solicitou que fosse tida em conta a referida alteração.

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, retificar a fatura referente ao consumo verificado acima da média para o período em referência (mês de junho de 2019), de modo a que o pagamento do excedente relativo ao seu histórico de consumo de água se processe no 1º escalão.

DIVERSOS

Atribuição de apoio à Associação Cultural e Recreativa do Peral

– Proposta n.º 219/2019

Presente a proposta n.º 219/2019, datada de 08 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 219/2019

Considerando o pedido efetuado pela Associação de Apoio Cultural e Recreativa do Peral;

Considerando o interesse para o Concelho do Cadaval do projeto desportivo apresentado pela Associação;

Considerando as obras necessárias à readaptação do espaço para a prática do Bilhar;

Proponho:

Que a Câmara delibere aprovar a atribuição de um apoio à Associação de Apoio Cultural e Recreativa do Peral no montante de 2 000,00 (dois mil euros), como forma de apoiar as despesas inerentes à construção e equipamento da sala de bilhar na sua sede...”



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, aprovar a atribuição de um apoio à Associação de Apoio Cultural e Recreativa do Peral no montante de 2 000,00 (dois mil euros), como forma de apoiar as despesas inerentes à construção e equipamento da sala de bilhar na sua sede, de acordo com a proposta n.º 219/2019, datada de 08 de agosto.

Deliberação sobre o Decreto-Lei nº21/2019 – Educação, no âmbito da Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Para o ano 2020 – Proposta n.º 225/2019

Presente a proposta n.º 225/2019, datada de 21 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número, em 22 de agosto de 2019, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 225/2019

Assunto: Proposta de deliberação sobre o Decreto-Lei nº21/2019 – Educação no âmbito da Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Para o ano 2020

- Considerando o preceituado na Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- Atendendo a que o Decreto-Lei nº21/2019 de 30 de janeiro vem concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Educação, prevista no Artigo 11º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- Considerando que, nos termos do artigo 92º do Decreto-Lei nº84/2019 de 28 de junho, os municípios que não pretendam exercer as competências previstas no referido decreto-lei durante o ano 2020, comunicam à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 30 de setembro de 2019;



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

- Considerando que irá decorrer durante o ano 2020 a eleição para o Diretor do Agrupamento de Escolas do Cadaval, com o qual é necessário articular todos os procedimentos a pôr em prática;
- Considerando que algumas decisões poderão levar à necessidade de obras de requalificação e adaptação de espaços, já manifestadas junto da Sra. Secretária de Estado;
- Considerando que tudo tem de estar em pleno funcionamento no início setembro de 2020, é nosso entendimento que não há tempo útil para poder assumir as competências em apreço com o rigor e a qualidade que exigimos.

Proponho que a Câmara delibere:

1. Não exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº21/2019 de 30 de janeiro, durante o ano 2020;
2. Remeter o assunto à Assembleia Municipal para esta se pronuncie, dentro do prazo referido no artigo 92º do Decreto-Lei nº84/2019 de 28 de junho;
3. Comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais as deliberações dos seus órgãos...”

- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, esclareceu que a proposta era de não aceitação desta transferência de competências porque não tinham assegurado nada do que tinha sido falado com a Senhora Secretária de Estado da Educação, nomeadamente o reforço de verbas para conclusão das obras da Escola Secundária e os mapas não se encontravam fechados. Além desta questão havia também uma outra bastante relevante que era o facto de ir mudar o diretor do Agrupamento de Escolas no início do próximo ano letivo porque o atual não podia concorrer, o que fazia com que fosse preferível acertar as coisas com o novo diretor.

- O Vereador **David Santos**, mencionou que relativamente aos valores das obras nada estava refletido na proposta e já tinham dito anteriormente que estas propostas deviam ter algo mais concreto. Quanto à questão do diretor do Agrupamento, era um facto que estes iam mudando e que numa situação desta dimensão não se ia estar à espera da mudança para saber da aceitação ou não das competências. Não podia ser esta a



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

perspetiva do município até porque se tratavam de competências para assumir daqui a um ano, embora devam começar a ser preparadas atempadamente.

Pela forma como estava a proposta, disse que a Câmara não tinha, no prazo de um ano, capacidade para pôr as coisas em prática o que se revelava ser um atestado de incompetência aos serviços e que neste sentido votavam contra.

- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, mencionou que afirmarem que, no prazo de um ano, a Câmara não tinha condições, referia-se exatamente àquilo que tinha dito inicialmente, ou seja, há muito anos que era do conhecimento do Ministério da Educação o estado deplorável em que se encontrava a Escola Secundária, depois de se ter investido principescamente com verbas exageradas na renovação de escolas, em detrimento de outras. Assim, entendiam que o município do Cadaval não tinha condições financeiras para receber uma transferência do Ministério da Educação de uma escola que estava muito degradada e a necessitar de grandes intervenções. Como sempre referiram, estavam disponíveis para colaborar na resolução destes problemas e, lamentavelmente, a Administração Central sempre quis enganar a Administração Local.

O afirmar que não tinham condições para receber, era efetivamente porque não havia garantias de que tinham a obra paga e financiada pelo Estado nesse período, sendo que tudo isto poderia ter ficado explicito na proposta em análise.

A sua posição era de que as autarquias deviam receber estas competências o mais brevemente possível e não de empurrar este processo, com as condições criadas claro, pelo que se forem afetadas as verbas e forem concluídas as obras na escola, estavam inteiramente disponíveis para receber esta competência.

- O Vereador **David Santos**, relativamente a estas considerações que com as quais muitas concordava, o que estava em causa era a proposta apresentada, que não se encontrava



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

completa, tendo que ser feito um esforço para que as propostas contenham aquilo que realmente as pessoas pensavam e não de forma sucinta como era o caso.

- A Vice-Presidente da Câmara, **Maria de Fátima Paz**, esclareceu que quanto às dúvidas sobre os valores, estavam a trabalhar na proposta de projeto para a segunda fase e que não conseguiam ter valores precisos.

- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, acrescentou que tudo isto era da responsabilidade da tutela da Administração Central, a propriedade do edifício não é do Município. Deviam colaborar, mas legalmente não havia obrigação.

A Câmara, de acordo com a proposta n.º 225/2019, datada de 21 de agosto, deliberou por **maioria**, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, o seguinte:

1. Não exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº21/2019 de 30 de janeiro, durante o ano 2020;
2. Remeter o assunto à Assembleia Municipal para esta se pronuncie, dentro do prazo referido no artigo 92º do Decreto-Lei nº84/2019 de 28 de junho;
3. Comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais as deliberações dos seus órgãos.

Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelos Vereadores do Partido Socialista:

“ - Considerando que a proposta apresentada falha manifestamente na indicação de dados concretos e quantificados para que possamos tomar uma decisão ponderada e sustentada, entre os quais as obras de requalificação e adaptação manifestadas junto da Sra. Secretária de Estado e quais divergências em valores no mapa financeiro que o senhor Presidente diz existirem;

- Considerando que a razão invocada da eleição no próximo ano de novo director de agrupamento não invalida passos urgentes a tomar face à obrigatoriedade de aceitação das competências em ano seguinte, sem qualquer tipo de preparação prévia e noção de ajustamentos necessários;



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

- Considerando que a proposta não dá razões necessárias para que o prazo de um ano para assumir as competências seja insuficiente, transparecendo quase um atestado de incompetência aos serviços da Câmara, o qual não podemos nem queremos subscrever:

Os vereadores do Partido Socialista do Cadaval votam contra a proposta apresentada pelo senhor Presidente de Câmara ...”

Deliberação sobre o Decreto-Lei nº22/2019 – Cultura, no âmbito da Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Proposta n.º 226/2019

Presente a proposta n.º 226/2019, datada de 21 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número, em 22 de agosto de 2019, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 226/2019

Assunto: Proposta de deliberação sobre o Decreto-Lei nº22/2019 – Cultura no âmbito da Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

- Considerando o preceituado na Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;

- Considerando que as competências previstas no Decreto-Lei nº22/2019 não trazem acréscimo significativo de encargos para a autarquia e podem resultar numa melhoria da qualidade do acesso à cultura por parte dos cidadãos e das entidades associativas locais.

Proponho que a Câmara delibere:

1. Exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº22/2019 de 30 de janeiro, durante o ano 2020;



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

2. Remeter o assunto à Assembleia Municipal para esta se pronuncie, dentro do prazo referido no nº2 do Artigo 4º da Lei nº50/2018 de 16 de agosto, alterado pelo Artigo 92º do Decreto-Lei nº84/2019 de 20 de junho;

3. Comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais as deliberações dos seus órgãos...”

- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, mencionou que, dada a pouca relevância que tinha para o concelho, não fazia sentido protelar e achava que era de aceitar.

A Câmara, de acordo com a proposta n.º 226/2019, datada de 21 de agosto, deliberou por **unanimidade**, o seguinte:

1. Exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº22/2019 de 30 de janeiro, durante o ano 2020;

2. Remeter o assunto à Assembleia Municipal para esta se pronuncie, dentro do prazo referido no nº2 do Artigo 4º da Lei nº50/2018 de 16 de agosto, alterado pelo Artigo 92º do Decreto-Lei nº84/2019 de 20 de junho;

3. Comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais as deliberações dos seus órgãos.

Deliberação sobre o Decreto-Lei nº107/2018 – Estacionamento Público, no âmbito da Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Proposta n.º 227/2019

Presente a proposta n.º 227/2019, datada de 21 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número, em 22 de agosto de 2019, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 227/2019

Assunto: Proposta de deliberação sobre o Decreto-Lei nº107/2018 – Estacionamento Público, no âmbito da Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

- Considerando o preceituado na Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
 - Atendendo a que o Decreto-Lei nº107/2018 de 29 de novembro vem concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público, prevista no artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
 - Considerando que, analisado o Decreto-Lei nº107/2018 de 29 de novembro, é entendimento da Câmara Municipal que esta não reúne as condições necessárias para assumir as competências previstas no referido diploma legal, visto que não dispõe de fiscalização municipal adequada, nem de empresa municipal para o efeito, bem como entende aguardar que a OesteCIM tome posição sobre a possibilidade de assumir a fiscalização nestas matérias;
 - Considerando que, nos termos do nº2 do Artigo 4º da Lei nº50/2018 de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº84/2019 de 20 de junho, os municípios que não pretendam exercer as competências previstas no referido decreto-lei no ano 2020, comunicam à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 30 de setembro de 2019;
- Proponho que a Câmara delibere:
1. Não exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº107/2018 de 29 de novembro, durante o ano 2020;
 2. Remeter o assunto à Assembleia Municipal para esta se pronuncie, dentro do prazo referido no nº2 do Artigo 4º da Lei nº50/2018 de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº84/2019 de 20 de junho;
 3. Comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais as deliberações dos seus órgãos..."
- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, disse que se mantinha a situação referida inicialmente, não devia ser aceite porque não fazia sentido o Cadaval ter fiscalização de estacionamento público, devendo sim dentro da Oeste CIM ser criado para municípios de menor dimensão um serviço supramunicipal nesta área.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

A Câmara, de acordo com a proposta n.º 227/2019, datada de 21 de agosto, deliberou por **unanimidade**, o seguinte:

1. Não exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº107/2018 de 29 de novembro, durante o ano 2020;
2. Remeter o assunto à Assembleia Municipal para esta se pronuncie, dentro do prazo referido no nº2 do Artigo 4º da Lei nº50/2018 de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº84/2019 de 20 de junho;
3. Comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais as deliberações dos seus órgãos.

Deliberação sobre o Decreto-Lei nº23/2019 – Saúde, no âmbito da Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Para o ano 2019 – Proposta n.º 228/2019

Presente a proposta n.º 228/2019, datada de 21 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número, em 22 de agosto de 2019, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 228/2019

Assunto: Proposta de deliberação sobre o Decreto-Lei nº23/2019 – Saúde no âmbito da Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Para o ano 2019

- Considerando o preceituado na Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- Atendendo a que o Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro vem concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Saúde, prevista no Artigo 13º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

- Considerando que, nos termos do nº2 do Artigo 28º do Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro, os municípios que não pretendam exercer as competências previstas no referido decreto-lei durante o ano 2019, comunicam à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 17 de setembro de 2019;

- Considerando que a Câmara Municipal deliberou não concordar com o mapa de encargos anuais inicialmente proposto, e que mesmo após uma reunião com a ARSLVT, o mapa final de encargos anuais continua a suscitar diversas dúvidas para as quais voltámos a solicitar esclarecimentos, sem que até à presente data os mesmos tenham sido prestados;

Proponho que a Câmara delibere:

1. Não exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro, durante o ano 2019;
2. Remeter o assunto à Assembleia Municipal para esta se pronuncie, dentro do prazo referido no nº2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro.
3. Comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais as deliberações dos seus órgãos...”

A Câmara, de acordo com a proposta n.º 228/2019, datada de 21 de agosto, deliberou por **unanimidade**, o seguinte:

1. Não exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro, durante o ano 2019;
2. Remeter o assunto à Assembleia Municipal para esta se pronuncie, dentro do prazo referido no nº2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro.
3. Comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais as deliberações dos seus órgãos...”

- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, informou que, apesar desta transferência ser mais simples mas dada a urgência em remeter este assunto à Assembleia e não tendo os mapas fechados, não havia condições para aceitar. Inclusivamente, o segundo mapa que nos foi enviado não era coincidente com o primeiro, como por exemplo ter sido retirada a viatura e o motorista, além dos valores dos contratos de segurança e limpeza não serem verdadeiros.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

Disse que ia ter uma reunião no dia seguinte e que, caso houvesse por parte do Ministério uma postura séria e que lhes fosse entregue o mapa, não tinha problema em assumir junto da Assembleia Municipal e este órgão deliberar não nos dar razão porque o mapa entretanto já se encontrava fechado.

A Câmara, de acordo com a proposta n.º 228/2019, datada de 21 de agosto, deliberou por **unanimidade**, o seguinte:

1. Não exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro, durante o ano 2019;
2. Remeter o assunto à Assembleia Municipal para esta se pronuncie, dentro do prazo referido no nº2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro.
3. Comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais as deliberações dos seus órgãos.

Deliberação sobre o Decreto-Lei nº23/2019 – Saúde, no âmbito da Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Para o ano 2020 – Proposta n.º 229/2019

Presente a proposta n.º 224/2019, datada de 21 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número, em 22 de agosto de 2019, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 229/2019

Assunto: Proposta de deliberação sobre o Decreto-Lei nº23/2019 – Saúde no âmbito da Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Para o ano 2020

- Considerando o preceituado na Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

- Atendendo a que o Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro vem concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Saúde, prevista no Artigo 13º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- Considerando que, nos termos do artigo 92º do Decreto-Lei nº84/2019 de 28 de junho, os municípios que não pretendam exercer as competências previstas no referido decreto-lei durante o ano 2020, comunicam à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 30 de setembro de 2019;
- Considerando que a Câmara Municipal deliberou não concordar com o mapa de encargos anuais inicialmente proposto, e que mesmo após uma reunião com a ARSLVT, o mapa final de encargos anuais continua a suscitar diversas dúvidas para as quais voltámos a solicitar esclarecimentos, sem que até à presente data os mesmos tenham sido prestados;

Proponho que a Câmara delibere:

1. Não exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro, durante o ano 2020;
2. Remeter o assunto à Assembleia Municipal para esta se pronuncie, dentro do prazo referido no artigo 92º do Decreto-Lei nº84/2019 de 28 de junho.
3. Comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais as deliberações dos seus órgãos...”

A Câmara, de acordo com a proposta n.º 229/2019, datada de 21 de agosto, deliberou por **unanimidade**, o seguinte:

1. Não exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro, durante o ano 2020;
2. Remeter o assunto à Assembleia Municipal para esta se pronuncie, dentro do prazo referido no artigo 92º do Decreto-Lei nº84/2019 de 28 de junho.
3. Comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais as deliberações dos seus órgãos.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos – Proposta 230/2019

Presente a proposta n.º 230/2019, datada de 21 de agosto, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número, em 22 de agosto de 2019, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 230/2019

Assunto: Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos.

Considerando o teor da Proposta n.º 168/2019, datada de 30 de maio transato, por mim subscrita;

Considerando que tal proposta foi presente a reunião ordinária do órgão executivo, realizada em 04 de junho último;

Considerando que, entretanto, veio a ser definido que a data termo de comunicação à DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais da não aceitação da transferência de competência em causa, para o ano de 2020, foi alargada até 30 de setembro de 2019, motivo pelo qual a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar tal assunto da Ordem de Trabalho da já mencionada reunião;

Considerando que, em 08 de agosto corrente, foi publicada a Resolução da Assembleia da República n.º 138/2019, em que, tal Órgão de Soberania, veio resolver, nos termos do n.º 5, do artigo 166.º, dos n.ºs 1 e 4 do artigo 169.º da Constituição, do n.º 2 do artigo 193.º e do artigo 194.º do Regimento, fazer cessar a vigência do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos;

Considerando que ao ser aprovada a cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, o diploma deixou de vigorar desde o dia em que a resolução foi publicada no Diário da República e não poderá voltar a ser publicado no decurso da mesma sessão legislativa.

Proponho:

1. Que a Câmara Municipal tome conhecimento do teor da referida Resolução da Assembleia da República, através da qual fez cessar a vigência do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro;



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

[Handwritten signature]

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

2. Dar, igualmente, conhecimento do teor da mencionada Resolução à Assembleia Municipal...”

A Câmara tomou conhecimento e, de acordo com a proposta n.º 230/2019, datada de 21 de agosto, será dado conhecimento do teor da Resolução em causa à Assembleia Municipal.

10.ª Alteração ao Orçamento

Relativamente a este assunto, foi presente o documento identificado em epígrafe, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental número 6699, em 22 de agosto, o qual constando em Anexo B, à presente ata, dela fica a fazer parte integrante.

A Câmara tomou conhecimento.

Listagem de Obras

Período compreendido entre 07 a 20 de agosto de 2019

Relativamente ao assunto supramencionado foi presente a listagem dos despachos do Vereador a Tempo Inteiro, Ricardo Pinteus, no período compreendido entre 07 a 20 de agosto de 2019, praticados, no uso de competências delegadas, documento este que se encontra arquivado em pasta própria, na Divisão de Ordenamento do Território.

A Câmara tomou conhecimento.

Aprovação em minuta

A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, para produzir efeitos imediatos nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara, declarou encerrada a reunião pelas 10 horas e 22 minutos do dia 27 de agosto de 2019.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou esta ata que foi lida e aprovada e vai ser assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Ana Teresa Carriche Rodrigues Duarte, Assistente Técnica, da Câmara Municipal de Cadaval, responsável pela sua autoria.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials and a surname.

(José Bernardo Nunes)

A handwritten signature in blue ink, featuring a long, flowing cursive style.

(Ana Teresa Carriche Rodrigues Duarte)



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

ANEXO A

Associação de Freguesias do Concelho do Cadaval

Central de Camionagem, Rua 25 de Abril – Cadaval
2550-165 União das Freguesias de Cadaval e Pêro Moniz
NIPC: 513591761

Conselho de Administração

Associação de Freguesias do Concelho do Cadaval

ASSUNTO: Proposta sobre o valor do IMI para ano 2019

Data: 20.08.2019

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal do Cadaval

No seguimento da Reunião com os elementos que compõem a Associação de Freguesias do Concelho do Cadaval, em representação das freguesias e uniões de freguesia do concelho do Cadaval; foi tomada uma posição da qual passamos a mencionar:

1. Considerando as dificuldades existentes para o Município conseguir arrecadar verbas necessárias para poder realizar investimentos no concelho do Cadaval e neste caso nas áreas das freguesias e uniões de freguesia;
2. Tendo por base estimativas anuais ao qual todas as Freguesias e Uniões de Freguesia tiveram o conhecimento dos valores envolvidos e o investimento feito pela autarquia em assuntos tão importantes como a limpeza das faixas de gestão de combustível a intervir na área das freguesias;
3. Considerando que desde que foi implementada a cláusula de salvaguarda para os agregados familiares de baixos rendimentos, e com bens patrimoniais de baixo valor terem ficado isentos de pagamento de IMI, representando no nosso concelho mais de 30% de situações enquadráveis neste patamar;
4. Tendo também por base que o Concelho do Cadaval tem a 2ª menor taxa de IMI dos concelhos pertencentes à Comunidade Intermunicipal do Oeste, nomeadamente das que compõem o Distrito de Lisboa;
5. Ficou deliberado em reunião da AFCC com o Executivo Municipal, que se manteria o valor de 0,375% a aplicar de taxa de IMI para o ano de 2019;
6. Consideramos desta forma estarem reunidas as condições de podermos em conjunto continuar a desenvolver o concelho do Cadaval.

Com os melhores cumprimentos,

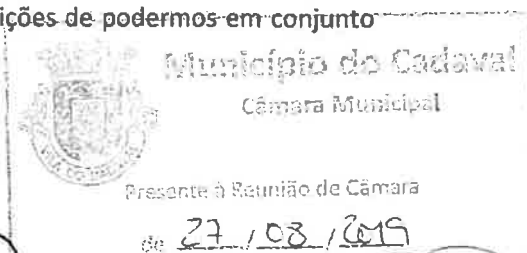
Cadaval, 20 de Agosto de 2019

O Presidente do Conselho de Administração da AFCC,

(Telmo Manuel Isidro Santos)

ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS
DO CONCELHO DO CADAVAL

NIPC: 513 591 761





MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

[Handwritten signature in blue ink]

Ata da reunião ordinária pública de 27 de agosto de 2019

ANEXO B

V
Município de Cadaval



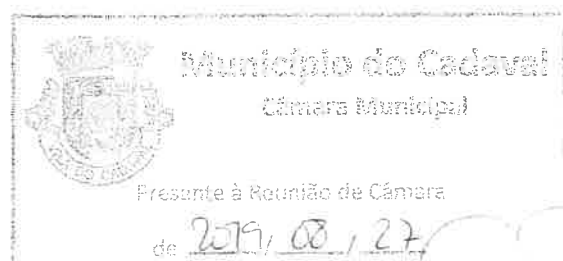
1. - Aprova a presente
Alteração do Orçamento
fidejussório

2. - A Câmara Municipal

13-08-2019

**10ª. Alteração
ao
Orçamento**

Ano Financeiro de 2019



γ



Ano Financeiro de 2019

orçamento da despesa



Município do Cadavez
Câmara Municipal

Presente à Reunião de Câmara

de 27/08/2019

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2019

Despesa

Alteração Nº 10

Código	Classificação Económica	Designação	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
				Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02	Administração Geral						
02 02	Aquisição de bens e serviços						
02 0202	Aquisição de serviços		41 220,00	4 000,00		45 220,00	
02 020212	Seguros				2 000,00	889 856,00	
02 020220	Outros trabalhos especializados		891 856,00			426 335,00	
02 020225	Outros serviços		428 335,00		2 000,00	1 361 411,00	
Despesas Correntes:			1 361 411,00	4 000,00	4 000,00	1 361 411,00	
Total do Orçamento 02:			1 361 411,00	4 000,00		1 361 411,00	
Total de despesas correntes:			1 361 411,00	4 000,00		1 361 411,00	
Total de despesas de capital:			0,00	0,00	0,00	0,00	
Total de outras despesas:			0,00	0,00	0,00	0,00	
Totais:			1 361 411,00	4 000,00	4 000,00	1 361 411,00	

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de



Orçamento e Grandes Opções do Plano

Termo de aprovação final

Ano Financeiro de 2019

A presente Alteração ao Orçamento e as Grandes Opções do Plano que antecederam, mereceram a aprovação da **Câmara Municipal**, em Reunião Ordinária de 24 de Agosto de 2019.



O Presidente da Câmara Municipal

